

	UO Resp.	Área	Identificação dos Riscos	Probabili// De Ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar	Meta
--	-------------	------	--------------------------	---------------------------------	---------------------------------------	------

1	DIS	Concessão de Benefícios	Atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.)	Elevada	Assegurar o cumprimento dos procedimentos definidos em Regulamento para atribuição de apoios	30.05.2016
2	DIS	Concessão de Benefícios	Inexistência de declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão de apoios financeiros	Elevada	Exigência de Declarações de Interesse	30.04.2016
3	DIS	Concessão de Benefícios	Existência de impedimentos, na participação de eleitos e / ou funcionários, ou de familiares, nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Elevada	Exigência de Declarações de Interesse	30.04.2016
4	DAF / DOMSU	Cont. Pública	Inexistência de um sistema estruturado de avaliação das necessidades / planificação da contratação pública / Plano Formal Anual de Compras	Moderada	Implementação de sistema estruturado de avaliação de necessidades. Aprovação de instruções escritas que regulem os procedimentos de planeamento de necessidades de bens / serviços	30.06.2016
5	DAF / DOMSU	Cont. Pública	Tratamento deficiente das estimativas de custos em empreitadas com trabalhos muito específicos	Moderada	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores	30.06.2016
6	DAF / DOMSU	Cont. Pública	Planeamento deficiente dos procedimentos, obstando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Moderada	Planeamento de Aquisições - Aprovação de Regras/Procedimentos a adotar para o planeamento de aquisições	30.06.2016
7	DAF / DOMSU	Cont. Pública	Indefinição das responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo, nas diversas fases	Elevada	Definição prévia das responsabilidades de cada um dos intervenientes, nos processos de aquisição de bens e serviços e nas empreitadas - Manual de Procedimentos	30.04.2016

	UO Resp.	Área	Identificação dos Riscos	Probabili// De Ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar	Meta
--	----------	------	--------------------------	---------------------------	---------------------------------------	------

8	DAF / DOMSU	Cont. Pública	Inexistência ou existência deficiente de estudos adequados para efeitos de elaboração dos projetos, Estudos Geotécnicos e cadastro de infraestruturas	Elevada	Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários	30.06.2016
9	DAF	Cont. Pública	Seleção e contratação dos especialistas externos por ajuste direto	Elevada	Adoção de Regra do CPP para contratação de especialistas externos – Elaboração de Manual	30.04.2016
10	DAF / DOMSU / GJ	Cont. Pública	Existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Moderada	Implementação de sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais; Elaboração de Manual de Procedimentos e de Minutas a serem utilizadas pelos serviços	30.06.2016
11	DAF / DOMSU	Cont. Pública	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais	Moderada	Implementação de um sistema de controlo interno (medidas) que garanta que no caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais os mesmos são rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos e devidamente documentados	30.06.2016
12	DAF / DOMSU	Cont. Pública	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Moderada	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a adequação de especificações técnicas que se adequem à natureza das prestações de serviços a contratar	30.06.2016
13	DOMSU	Cont. Pública	Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos referentes a empreitadas	Moderada	Criação de mecanismos de controlo do exercício de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes em procedimentos referentes a empreitadas	30.04.2016
14	GJ	Cont. Pública	Inexistência de correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças do respetivo concurso	Moderada	Implementação de sistema de CI que garanta correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças do respetivo concurso	30.04.2016

	UO Resp.	Área	Identificação dos Riscos	Probabili// De Ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar	Meta
--	----------	------	--------------------------	---------------------------	---------------------------------------	------

15	GJ	Cont. Pública	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado do contrato	Moderada	Implementação de sistema de CI que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões respectivo concurso	30.04.2016
16	DOMSU	Cont. Pública	Não verificação ou verificação deficiente das cláusulas contratuais que prevejam ou regulem os suprimentos dos erros e omissões	Elevada	Implementação de sistema de CI que preveja e assegure com o devido rigor o eventual suprimento de erros e omissões;	30.06.2016
17	DOMSU	Cont. Pública	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a “natureza imprevista” dos trabalhos	Elevada	Implementação de sistema de CI que garanta a verificação da circunstância de que tais trabalhos respeitam a “obras novas” e foram observados os pressupostos legalmente previstos para a sua existência, designadamente a “natureza imprevista	30.06.2016
18	DOMSU	Cont. Pública	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Elevada	Implementação de sistema de CI que garanta que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; Exigência de comprovação da circunstância, juntando a respetiva documentação	30.06.2016
19	DAF	Cont. Pública	Fundamentação insuficiente ou incorreta, no caso das aquisições de serviços, de que os “serviços a mais” resultam de uma “circunstância imprevista”	Moderada	Implementação de um sistema de Controlo Interno que garanta a verificação da condição dos serviços a mais ser justificada pela ocorrência de uma “circunstância imprevista”; Que esses “serviços a mais” não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para a entidade adjudicante, ou ainda que sejam separáveis são necessários à conclusão do objeto	30.06.2016

	UO Resp.	Área	Identificação dos Riscos	Probabili// De Ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar	Meta
--	----------	------	--------------------------	---------------------------	---------------------------------------	------

					do contrato; Exigência de comprovação da circunstância, juntando a respectiva documentação	
20	DAF	Cont. Pública	Não verificação da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Elevada	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços, mediante: 1. Fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos. Controle rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados; 2. Calendarização sistemática; 3. Envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviços, logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais. 4. Atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento; 5. Exigência da presença de dois funcionários na inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos;	30.06.2016
21	DAF	Cont. Pública	Não acompanhamento e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato	Elevada		30.06.2016
22	DAF	Cont. Pública	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Fraca		30.06.2016
23	DAF	Cont. Pública	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Elevada		30.06.2016
24	DAF	Cont. Pública	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um funcionário	Elevada		30.06.2016

	UO Resp.	Área	Identificação dos Riscos	Probabili// De Ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar	Meta
--	----------	------	--------------------------	---------------------------	---------------------------------------	------

25	DAF / DOMSU	Cont. Pública	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Moderada	Obtenção de declarações de interesses privados dos funcionários	30.04.2016
26	DAF / DOMSU	Cont. Pública	Não existência de uma avaliação, <i>a posteriori</i> , do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empregados	Elevada	Avaliação, <i>a posteriori</i> , do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empregados	30.06.2016
27	DAF / UGF	Gestão Financeira	Desadequação da Norma de Controlo Interno à atual organização dos serviços municipais.	Moderada	Revisão e adequação dos Regulamento de Controlo Interno	30.10.2016
28	DAF	Cont. Pública	Assunção de despesas sem prévio compromisso	Fraca	Responsabilização pelo cumprimento das normas financeiras estabelecidas, nomeadamente em sede de Regulamento de Controlo Interno e introdução de medidas no sistema de Controlo Interno que garantam a prévia cabimentação e compromisso.	30.10.2016
29	DAF	Gestão Financeira	Articulação entre os compromissos assumidos, as realizações (fornecimentos e faturação) e consequentemente das dotações orçamentais disponíveis	Fraca	Responsabilização pelo cumprimento das normas financeiras estabelecidas, nomeadamente em sede de Regulamento de Controlo Interno e disponibilização em tempo real de informação financeira aos serviços requisitantes	30.10.2016
30	DAF	Cont. Pública	Despesas objeto de inadequada classificação económica	Fraca	Criação de mecanismos que garantam que a documentação apenas ao pedido de cabimento deve ser totalmente esclarecedora do tipo de bem ou serviço que se pretende cabimentar	30.04.2016
31	DGT	Gestão Urbanística	Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos	Moderada	Criação de mecanismos de controlo do exercício de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes em procedimentos	30.04.2016

	UO Resp.	Área	Identificação dos Riscos	Probabili// De Ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar	Meta
--	----------	------	--------------------------	---------------------------	---------------------------------------	------

			administrativos referentes a operações urbanísticas		administrativos referentes a operações urbanísticos	
32	DGT	Gestão Urbanística	Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática dos mesmos técnicos e titulares de processos, situação que pode criar condições favoráveis ao favorecimento ou desfavorecimento	Elevada	Criação de regras de distribuição de processos que acautelem que a um determinado técnico não seja cometido de forma continuada os processos de determinado requerente, e que não seja cometida a apreciação, continuada, de procedimentos de idêntica natureza	30.04.2016
33	DGT	Gestão Urbanística	Prazos de decisão	Fraca	Monitorização do cumprimento dos prazos administrativos	30.04.2016
34	DGT / GITMA	Gestão Urbanística	Ausência de informação sistematizada	Elevada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilização, em local bem visível e acessível ao público, do organigrama do serviço, bem como a identificação dos respetivos dirigentes e colaboradores; 2. Integração de todos os procedimentos no Balcão Único de Licenças do Portal da Empresa; 3. Elaboração de relatório anual das reclamações exaradas no competente livro; 4. Informatização e desmaterialização dos procedimentos de forma a impedir que a hierarquia temporal da entrada dos pedidos seja objeto de modificações; 	30.10.2016
35	DAF	Gestão Rec. Humanos	Utilização excessiva do recurso a trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços	Elevada	Elaborar orientações no sentido da não utilização do trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços	30.06.2016

	UO Resp.	Área	Identificação dos Riscos	Probabili// De Ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar	Meta
--	----------	------	--------------------------	---------------------------	---------------------------------------	------

36	DAF	Gestão Rec. Humanos	Não disponibilização, aos interessados, de mecanismos de acesso facilitado e célere a informação procedimental relativa aos procedimentos de seleção ou de avaliação de pessoal, por parte dos interessados	Elevada	Disponibilização de formulários-tipo relativos aos pedidos de informação procedimental bem como de formulários-tipo relativos à apresentação de reclamações, que facilitem a utilização deste tipo de instrumento por parte do trabalhador	30.10.2016
37	SIDI	Transversal	Dificuldade no acesso a informação relevante em termos de transparência, no que se refere à organização. A maioria da informação sobre esta matéria já existe disponível ao público, mas sob a forma de documentação interna que os munícipes têm de solicitar e de bases de dados e <i>websites</i> nem sempre de uso amigável e com suficiente divulgação. A administração permite que as pessoas conheçam, mas não estimula as pessoas a conhecer	Moderada	<p>Manutenção e atualização da área no <i>site</i> municipal onde se centraliza a informação sobre transparência na gestão dos recursos públicos, disponibilizando, entre outros, os seguintes elementos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Publicação dos vencimentos dos membros do executivo e de todos os funcionários da autarquia e sua posição na carreira; 2. Informação sobre a acumulação de funções privadas por parte dos membros do executivo e técnicos; 3. Organograma com lista de chefias e, pelo menos, dos técnicos superiores de cada serviço, com descrição das suas tarefas; 4. Lista das assessorias e gabinetes especializados externos com os quais a Câmara Municipal mantém relações; 5. Ligação para a plataforma eletrónica de contratação pública e maior destacando a abertura de novos concursos na <i>homepage</i> do site; 6. Ligação ao <i>site</i> www.base.gov.pt; 7. Publicação de auditorias e inspeções ao 	30.10.2016

	UO Resp.	Área	Identificação dos Riscos	Probabili// De Ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar	Meta
--	----------	------	--------------------------	---------------------------	---------------------------------------	------

					<p>município e seu tratamento noticioso;</p> <p>8. Disponibilização da legislação integral relevante nesta matéria e página de FAQ's com os seus pontos principais;</p> <p>9. Publicação de um relatório anual de reclamações;</p> <p>10. Publicação dos planos de atividades e outras informações / deliberações que fundamentam a atribuição de subsídios a entidades externas;</p> <p>11. Criação de <i>e-mail</i> dedicado a questões sobre transparência na gestão dos recursos públicos.</p>	
38	Eq. do Proj. de Mod. Adm./BU	Transversal	Favorecimento/desfavorecimento dos interessados	Moderada	Levantamento e tipificação de todos os pedidos que podem ser feitos à Câmara e a sua inclusão num Catálogo de Pedidos.	30.06.2016
39	Eq. do Pro. de Mod. Adm./BU		Favorecimento/desfavorecimento dos interessados; incumprimento de prazos para decisão; má fundamentação da decisão; violação das regras de apreciação dos pedidos	Elevada	Elaboração de uma Ficha de Serviço para cada um dos pedidos do Catálogo de Pedidos contendo toda a informação sobre a descrição do serviço como realizar qual a legislação aplicável, o prazo de decisão e o custo associado	30.06.2016
40	Eq. do Pro. de Mod. Adm./BU		Favorecimento/desfavorecimento dos interessados	Moderada	Elaboração de requerimento específico para cada um dos pedidos	30.06.2016

	UO Resp.	Área	Identificação dos Riscos	Probabili// De Ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar	Meta
--	---------------------	-------------	---------------------------------	--	--	-------------

41	Eq. do Pro. de Mod. Adm./BU		Favorecimento/desfavorecimento dos interessados; incumprimento de prazos para decisão; má fundamentação da decisão; violação das regras de apreciação dos pedidos	Elevada	Desenho de cada um dos procedimentos	30.06.2016
42	Eq. do Pro. de Mod. Adm./BU		Ausência de registo de comunicações de e para a Câmara Municipal; Dispersão, perda ou elaboração incorreta dos processos administrativos; tratamento favorável ou desfavorável de requerentes; incumprimento de prazos para decisão; má fundamentação da decisão; violação das regras de apreciação dos pedidos	Elevada	Implementação de um sistema de gestão documental com mapeamento dos procedimentos, gestão de processos e desmaterialização	30.10.2016
43	Eq. do Pro. de Mod. Adm./BU		Dispersão, perda ou elaboração incorreta dos processos administrativos	Moderada	Centralização do arquivo corrente	30.06.2016
44	Eq. do Pro. de Mod. Adm./BU		Utilização de documentos não normalizados pelos serviços	Elevada	Aprovação e implementação do Manual de Normalização e Controlo Documental	30.07.2016
45	Eq. do Pro. de Mod. Adm./BU		Ausência de registo de comunicações de e para a Câmara Municipal; imperfeição nas notificações; utilização indevida dos meios dos meios de comunicação eletrónica	Elevada	Definição de regras de utilização do correio eletrónico da Câmara Municipal	30.06.2016